



REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O COMPROMETIMENTO COM A ÉTICA¹

**Fernanda Maciel Bulegon², Mahassen de Oliveira Fagundes³, Milena Kemp Ruppel,⁴
Jaqueline Oliveira Rodrigues⁵**

Introdução/Objetivos: A Inteligência Artificial (IA) é um ramo da ciência que visa simular a inteligência humana através de um ente não natural, sendo capaz de atuar na resolução de problemas e tomada de decisões. Entretanto, com o uso célere dessa tecnologia, surge o questionamento: os usuários têm seus direitos garantidos? A partir disso, este trabalho tem por objetivo principal a elaboração de um projeto de lei no âmbito municipal, a fim de regulamentar o uso ético e responsável da Inteligência Artificial no setor público e privado. **Metodologia:** Na sua realização será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo. **Resultados e Discussão:** O início da IA foi o ano de 1956, o qual ocorreu a Conferência do Dartmouth College. Posteriormente, a Máquina de Turing e ELIZA, o primeiro chatbot da história, ganham destaque. Com a chegada dos anos 2000, a IA passou a ser aplicada na fabricação de carros autônomos. O uso de tal tecnologia também se destaca na área jurídica, por meio de diversos programas, como o "Assistente Digital do Magistrado", que automatiza a criação de peças processuais e auxilia na tomada de decisões, assim como o projeto VICTOR, que utiliza Machine Learning para analisar recursos judiciais e identificar temas recorrentes nos tribunais, aumentando a eficácia do sistema jurídico. Embora sejam muitas as inovações com a utilização da IA, é preciso filtrá-la eticamente para garantir sua legitimidade, de modo que suas decisões evitem discriminações e protejam a privacidade dos indivíduos, a fim de garantir a segurança e a transparência em seu uso. No Brasil, está em tramitação o Projeto de Lei nº 2.338/2023. Tal projeto estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial, como também visa proteger os direitos fundamentais e garantir a efetivação de sistemas seguros e confiáveis. **Conclusão:** Portanto, foram muitos anos de pesquisa e evolução para a IA chegar em níveis avançados e completamente automatizados. Infelizmente, o progresso também é acompanhado de incertezas, já que os potenciais danos aos usuários provocados pelo seu uso, não são previstos ou amparados na legislação brasileira. A elaboração da referida legislação municipal visa primordialmente traçar diretrizes éticas e responsáveis no funcionamento dos sistemas de Inteligência Artificial, com o intuito de promover uma maior segurança para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Regulamentação. Ética

¹ Pesquisa desenvolvida no Curso de Direito da Unijuí, disciplina de Projeto Integrador, ministrada pelo professor Marcelo Loeblein dos Santos, sob a mentoria de Eduardo Franco da Rosa.

² Aluna do Primeiro Módulo do Curso de Direito da UNIJUI, e-mail: fernanda.bulegon@sou.unijui.edu.br;

³ Aluna do Primeiro Módulo do Curso de Direito da UNIJUI, e-mail: mahassen.fagundes@sou.unijui.edu.br;

⁴ Aluna do Primeiro Módulo do Curso de Direito da UNIJUI, e-mail: milena.ruppel@sou.unijui.edu.br;

⁵ Aluna do Primeiro Módulo do Curso de Direito da UNIJUI, e-mail: jaqueline.rodrigues@sou.unijui.edu.br.